

Nº ____ - CONTRATO DE ACORDO QUADRO – LOTE B

ENTRE:

----- **PRIMEIRO:** - O Município de Vila Nova de Gaia, Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva número 505 335 018, representado por _____, natural da freguesia de _____, concelho de _____, titular do cartão de cidadão número _____, válido até ____ de _____ de _____, com domicílio profissional no indicado Edifício dos Paços do Município, Vereador(a) em Exercício da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que outorga em sua representação, de harmonia com a subdelegação de competências conferida pelo despacho número _____, de _____, do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SEGUNDA:** - A sociedade “**CONSTRUÇÕES SILVA LOPES & MOREIRA, LDA.**”, com sede na _____, número _____, freguesia de _____, com o capital social de Euros _____, titular de Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas número 34368-PUB, registada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de _____ com o número único de matrícula e pessoa coletiva **504 692 461**, neste ato representada por _____, titular do cartão de cidadão número _____, válido até _____, natural da freguesia de _____, com domicílio profissional _____, que outorga na qualidade de _____, com poderes para obrigar a sociedade, como se verifica na certidão

permanente, subscrita em ____ de ____ de ____ e válida até ____ de ____ de ____, mediante a entrega do código de acesso _____, e que se arquiva.-----

----- **E considerando que:** -----

----- 1. Foi celebrado contrato, a 04 de dezembro de 2023, referente ao **Acordo Quadro** a que corresponde o **Lote B**, no seguimento do **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO SINGULAR PARA A REABILITAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS**. -----

----- 2. No âmbito do contrato referido no ponto anterior, foi por despacho do Senhor Presidente da Câmara de ____ de _____ de 20____, simultaneamente, autorizado e adjudicado à segunda outorgante o presente procedimento, desencadeado através de ajuste direto, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho.-----

----- 3. Pelo referido despacho foi também aprovada a respetiva minuta do contrato. -----

----- É celebrado o presente contrato, livremente e de boa fé, regendo-se pela cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO DO CONTRATO

----- O presente contrato tem por objeto a empreitada
**“2023.AQRMCAEM.B.4 - Escola Secundária dos Carvalhos -
Reabilitação exterior do Bloco C”**. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

PREÇO CONTRATUAL

----- 1. O preço desta empreitada é de **Euros 75.523,30** (setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e três euros e trinta cêntimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, a pagar de acordo com os autos de medição da obra a realizar. -----

----- 2. O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental 2022 I 11 do Orçamento da Câmara Municipal, com o compromisso número _____, estando os encargos para anos seguintes dispensados de autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do DL 197/99, 08.06, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11.04. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

CAUÇÃO

----- 1. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 88.º do CCP, será efetuada a retenção de **10%** do valor dos pagamentos a efetuar. -----

----- 2. A liberação parcial da caução será realizada como disposto no artigo 295.º do CCP. -----

CLÁUSULA QUARTA

PRAZO DE EXECUÇÃO

----- 1. O prazo para execução da obra é de **45 dias** (incluindo sábados, domingos e feriados) e começa a contar-se da data da sua consignação. -----

----- 2. O auto de consignação deverá lavrar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da assinatura deste contrato, da sua produção de efeitos, ou da data em que seja comunicada a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior. -----

----- 3. O prazo referido no número anterior poderá ser prorrogado pela entidade adjudicante, até mais 60 dias úteis, desde que comunicado ao adjudicatário com a antecedência de 5 dias. -----

----- 4. Nos termos do n.º 4 da cláusula 15.ª do Caderno de Encargos, para efeitos de consignação, poderá ainda ser definida uma data específica para a consignação, em prazo superior ao estabelecido nos números anteriores, de forma a ajustá-la a um período em que o equipamento tenha uma menor utilização, sendo que quando aplicável, essa informação constará no documento identificado na alínea a) do ponto 5 da cláusula 15.ª (Procedimento de adjudicação), em concreto no seu ponto vii. -----

CLÁUSULA QUINTA

REVISÃO DE PREÇOS

----- Os cálculos da revisão de preços serão elaborados de acordo com a fórmula tipo estabelecida na cláusula 55ª do caderno de encargos que rege o Acordo Quadro. -----

CLÁUSULA SEXTA

GESTOR DO CONTRATO

----- Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos o Gestor do Contrato do presente procedimento é Ygor Almeida, afeto à Divisão de Fiscalização de Empreitadas de Equipamentos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

COMUNICAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO

----- As comunicações, relativas à fase de execução do contrato, entre a entidade adjudicante e o adjudicatário serão, nos termos do artigo 468.º do CCP, efetuadas através de correio eletrónico para os seguintes endereços: “dce@cm-gaia.pt” (entidade adjudicante) e “_____” (adjudicatário). -----

CLÁUSULA OITAVA

ELEMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

----- 1. Consideram-se integrados no presente contrato de empreitada de obras públicas o caderno de encargos que rege o Acordo Quadro ao abrigo do qual o presente contrato está a ser celebrado e demais documentos integrantes do mesmo. -----

----- 2. Integra, também, o presente contrato a lista de preços unitários e o Plano de Segurança e Saúde (PSS), nos termos do Decreto-Lei número 273/2003, de 29 de outubro. -----

----- 3. Os representantes da segunda outorgante, subempreiteiros e trabalhadores independentes, se os houver, obrigam-se ao cumprimento integral do respetivo Plano de Segurança e Saúde (PSS). -----

CLÁUSULA NONA

OMISSÕES CONTRATO

----- Nos casos omissos do presente contrato, ou dos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho e restante legislação aplicável. -----

----- Pelos representantes dos outorgantes, na qualidade invocada, foi dito que os seus representados aceitam e se obrigam ao integral cumprimento do presente contrato, com todas as suas cláusulas e obrigações decorrentes das condições da proposta adjudicada no **Acordo Quadro – Lote B**, bem como plano de trabalhos apresentado pela adjudicatária para a concreta obra objeto do presente contrato, e caderno de encargos apresentado pela entidade adjudicante no dito Acordo Quadro.-----

----- Declaram ainda os representantes dos outorgantes que têm pleno conhecimento do conteúdo dos documentos que

fazem parte integrante do processo a que diz respeito este contrato. -----

----- Foram apresentados pela adjudicatária e arquivam-se os seguintes documentos: -----

----- a) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de _____, em _____ de 20____, obtida via internet, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177.º-A e/ou números 5 e 12 do artigo 169.º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT); -----

----- b) Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em _____ de 20____, obtida via internet, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social; -----

----- c) Documento de consulta do alvará de construção, no Portal do IMPIC, onde verifiquei que o alvará de construção está válido passando a ter, conforme dispõe o número 2 do artigo 53.º da Lei número 41/2015, de 3 de junho, validade indeterminada no tempo; -----

----- d) Certificados de registos criminais da sociedade e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, comprovativos de que não foram condenados por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- e) Declaração onde consta que não se encontra abrangida por qualquer situação contida no artigo 55.º do Decreto-Lei

número 18/2008, de 29 de janeiro, na redação introduzida pelo Decreto Lei n.º 54/2023, de 14 de julho; -----

----- f) Termo de Responsabilidade do Técnico, a que se refere o artigo 21.º da Lei número 40/2015, de 1 de junho. -----

----- g) Documento comprovativo de registo no RCBE em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei número 89/2017, de 21 de agosto. -----

----- Este contrato é feito em duplicado, dele fazendo parte integrante todos os documentos neles referenciados, que se anexam a este original. -----

Vila Nova de Gaia, ____ de _____ de 20__

O REPRESENTANTE DO PRIMEIRO OUTORGANTE,

O REPRESENTANTE DA SEGUNDA OUTORGANTE,